

INCLUSÃO DO TEA NA REDE REGULAR DE ENSINO: ALFABETIZAÇÃO

Marineide Lins Ferreira de Oliveira¹

RESUMO

A inclusão de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista), cada vez mais, tem alcançado um patamar de constantes reflexões. Isto porque não basta “colocar” o aluno na escola, há que se incluir, com respeito às diferenças e qualidade de intervenções. Nota-se significativo papel desempenhado pela gestão escolar no processo de implementação de políticas educacionais. Considerando a necessidade de uma visão estratégica na construção da teoria sobre a gestão, há necessidade de promoção dos vários segmentos da sociedade na configuração das políticas educacionais e na sua implementação, em nome dos princípios democráticos de gestão. Proposta de inovação e reforma educacional encontra-se permeadas do cotidiano da gestão escolar. Mudar programas e práticas educacional tem sido a grande preocupação de dirigentes políticos os quais, frequentemente, exercem influência direta ou, muitas vezes uma discreta pressão sobre a maneira de conduzir a vida e o trabalho na escola. Sabe-se que as reformas na estrutura educacional nem sempre são suficiente para responder as exigências do contexto social.

Palavras-chave: Escola. Autismo. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The inclusion of students with ASD (Autistic Spectrum Disorder), more and more, has reached a level of constant reflection. This is because it is not enough to "put" the student in school, it is necessary to include, with respect to the differences and quality of interventions. We note a significant role played by school management in the process of implementing educational policies. Considering the need for a strategic vision in the construction of management theory, there is a need to promote the various segments of society in the configuration of educational policies and their implementation, in the name of democratic management principles. The proposal of innovation and educational reform is permeated by the everyday school management. Changing educational programs and practices has been a major preoccupation of political leaders who often have direct influence or often discreet pressure on how to conduct life and work in school. It is known that reforms in the educational structure are not always sufficient to meet the demands of the social context.

Keywords: School. Autism. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão, registrado pela UNESCO na Declaração de Salamanca em 1994, está necessariamente ligado ao efetivo exercício da cidadania, ao respeito aos

¹ Lins Ferreira de Oliveira, M.lfo. Inclusão do TEA na rede regular de ensino, Alfabetização. Artigo Científico – Especialização em Transtorno do Espectro Autista, Universidade Cruzeiro do Sul. Miracatu-SP, 2016.

direitos humanos em especial à liberdade e à vida. Por isso, a participação de todos os envolvidos é primordial para a sua efetivação e merece ser reconhecida e apoiada.

Neste sentido, deve-se ter como proposta, a contribuição com os profissionais de educação para que possam melhorar a qualidade de ensino na prática de alfabetização de alunos com TEA (transtorno do Espectro Autista) procurando resgatar os direitos e deveres do alfabetizando enquanto construtores de sua história, buscando referências de elementos teóricos e metodológicos a partir dos princípios pedagógicos de Vygotsky, para subsidiar a construção de propostas coerentes de alfabetização de alunos com necessidades educacionais (a partir de uma situação diagnosticada que revele algum tipo de deficiência ou não) numa perspectiva transformadora.

Educadores, equipe diretiva e demais funcionários têm a possibilidade de enriquecer suas formações; a inclusão é um benefício comungado, ganha a família da criança e as outras famílias, ganha a comunidade como um todo, tornando-se um espaço mais democrático, que recebe e acolhe todos os seus membros com igual dignidade.

Ganham as crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) que tem a oportunidade de se desenvolver na comunidade escolar e social a que pertencem, de conviver com os parceiros e beneficiar-se de modelos de ação, aprendizagem integrados e que os estimulam. Podem ajudar e ser ajudados a lidar e a superar as dificuldades; as crianças que convivem aprendem e muito com a diversidade e a respeitar as diferenças; precisam ser direcionadas através de uma mediação organizada, e a partir daí, com certeza serão pessoas muito melhores.

Para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva, o professor comum precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada.

Muitas vezes o professor tem ideias novas para colocar em ação em sua sala de aula, mas não é bem recebido pelos colegas e pelos demais membros da escola, devido ao descompasso entre o que está propondo e o que a escola tem o hábito de fazer para o mesmo fim.

A receptividade à inovação anima a escola a criar e a ter liberdade para experimentar alternativas de ensino. Sua autonomia para criar e experimentar coisas novas se estenderá aos alunos com ou sem TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento) e assim os alunos com TEA serão naturalmente valorizados e

reconhecidos por suas capacidades e habilidades especiais e assim respeitados em suas limitações.

A liberdade do professor e dos alunos, de criarem as melhores condições de ensino e de aprendizagem, não dispensa um bom planejamento de trabalho, seja ele anual, mensal, quinzenal ou mesmo diário.

A ALFABETIZAÇÃO E A INCLUSÃO

Ao se iniciar uma abordagem teórica reflexiva acerca do tema, faz-se essencial a referência sobre o que é a Inclusão. Neste sentido, afirma-se que a Inclusão é um paradigma que fala sobre não excluir ninguém, que todos devem pertencer à sociedade.

Como a sociedade é uma somatória de vários setores sociais onde a educação se insere, quando se fala em sociedade inclusiva, pressupõe-se também que a educação será inclusiva, assim como o mercado de trabalho será inclusivo, o lazer, o transporte, o serviço de saúde, o esporte, tudo será inclusivo, tudo o que possa envolver a atividade humana tem a tendência de se tornar inclusivo.

Sendo assim, a educação, sendo um dos setores mais importantes das instituições humanas, pode acionar a inclusão nos outros setores, e ao mesmo tempo os outros setores são importantes para que a educação exista e possa ser consolidada.

Atualmente, como um dos pressupostos básicos para a escola neste novo milênio, estão às epistemologias chamadas de Inclusão, que vem atender a globalização e, no entanto as diversidades. Evidentemente, como todos os pressupostos novos que surgem criam-se polêmicas a seu respeito, e a filosofia da inclusão no campo educacional, também, não foge a esta regra, a qual se torna saudável, pois provoca reflexões.

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que por sua vez, deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida.

A mudança de paradigma, do modelo médico para o modelo social de deficiência, deve ser entendida que a deficiência é um problema de comunidade da qual a pessoa está inserida, portanto deverá ocorrer uma mudança no foco dos programas de cada comunidade local.

A inclusão bem-sucedida de alunos com TEA (Transtornos do Espectro Autista) na escola regular requer um sistema educacional inclusivo, portanto, uma escola transformada. Não é tarefa simples transformar todo um sistema educacional.

Transformar escolas que no passado não aceitavam alunos com deficiências e também alunos com outras características divergentes da maioria dos alunos em escolas voltadas a diversidade humana, capaz de fazer com que todos os alunos aprendam juntos e que cada aluno possa realizar seu potencial e habilidades sem precisar ser igual aos outros. Essa complexa tarefa se fundamenta em ideias exclusivas e as novas escolas se chamam escolas inclusivas.

A educação inclusiva preconizada com a forma de atendimento educacional para alunos que apresentam a necessidade especial é identificada em nossos dias como o caminho eficiente para a construção de cidadania e da participação social consoante à perspectiva da educação para todos e com todos. A educação afasta as crianças e os adultos das rotinas confortáveis levando-os em direção aos desafios e os prazeres de extrair as lições da experiência humana no enfrentamento da realidade da vida. A educação acontece no contato com os outros. As potencialidades e as falibilidades das pessoas moldam a extensão e a textura do crescimento de cada um de nós. (STAINBACK, STAINBACK, 1999).

Seguindo o ritmo desta abordagem, faz-se pertinente a compreensão da dimensão da socialização pelo desenvolvimento do potencial do aluno.

Quando existe um histórico de estímulos desde a Educação Infantil, (pensando-se aqui desde a primeira etapa que seria na creche no atendimento desde o primeiro ano de vida da criança), atribuem-se elementos importantes a partir de diversos estímulos que o ambiente escolar poderá proporcionar ao aluno. Independente do tipo do diagnóstico de deficiência (este parecer é de priori apenas como parte integrante da vida do indivíduo como fonte informativa, jamais de forma a rotular suas condições atribuindo-lhes condições por limites que venham a engessar de forma depreciativa a contemplação de uma inclusão que lhe é garantida em Leis).

É nas estratégias utilizadas para o atendimento ao aluno que se focará o exercício da Inclusão, com metodologias que amparem e estejam de encontro com suas necessidades educacionais.

Desta forma a abordagem da obra de Vygotsky encontra espaço; no trabalho de Vygotsky (1998) e seus seguidores, encontra-se uma visão de desenvolvimento baseada na concepção de um organismo ativo, cujo pensamento é construído aos poucos, num ambiente que é histórico e, em essência, social.

Nessa teoria é dado destaque às possibilidades que o indivíduo dispõe a partir do ambiente em que vive e que dizem respeito ao acesso que o ser humano tem a

instrumentos físicos (como a escada, a foca, a mesa etc.) e simbólicos (como a cultura, valores, crenças, costumes, tradições, conhecimentos) desenvolvidos em gerações precedentes.

Esse novo entendimento a respeito do processo de alfabetização faz sentido se analisar as propostas de Vygotsky (1998) referentes à especificidade do desenvolvimento da escrita. Em sua obra intitulada *A Formação Social da Mente*, levanta alguns pontos centrais os quais são considerados como base para nortear a prática pedagógica dos alfabetizadores.

Segundo esse autor, em primeiro lugar a escrita deve ser relevante à vida das crianças, em segundo, deve ter significado para elas e em terceiro, deve ser ensinada naturalmente.

O autor chama atenção para esses aspectos exatamente porque, para ele, muito antes de ingressar na escola, a criança, há muito, já se ingressou no mundo das letras, na medida em que se insere em um meio social letrado. E vale dizer, seus avanços, suas conquistas e sua evolução não são determinadas por uma imposição externa, mas ocorrem informalmente ou naturalmente, a partir de suas interações com as pessoas que leem, escrevem e mediam esses saberes com a criança, por meio da linguagem oral.

Vygotsky mostra que os simbolismos de primeira ordem (as primeiras representações desenvolvidas pelas crianças, como o gesto, o brinquedo, a fala, o desenho), são as bases para o desenvolvimento dos simbolismos que chamou de segunda ordem, representados estes por formas simbólicas mais complexas e abstratas como é o caso da escrita.

Em outras palavras o teórico explica que a criança não aprende a se utilizar o gesto para se comunicar a partir de uma instrução sistematizada de um adulto. O mesmo ocorre com o desenho e com a fala: de modo geral, ninguém senta ao lado de uma criança e a ensina falar.

A criança aprende naturalmente, a partir de suas interações com as pessoas do seu meio social, as quais vão dando sentido, fazendo ressignificações e complementações à sua fala.

É com base nisso que Vygotsky (1998, p. 156), sugere que as letras se tornem elementos da vida das crianças, da mesma maneira como, por exemplo, a fala. Da mesma forma que as crianças aprendem a falar elas podem muito bem aprender a ler e a escrever.

Obviamente que na fase da escolarização esse aprendizado envolve conhecimentos mais elaborados, mais complexos e abstratos e que, portanto exigem um processo organizado e sistemático de ensino que se faz na dependência da mediação do professor.

Está claro que esses fatores são indispensáveis quando se trata de um contexto de ensino formal. Contudo, o que se quer dizer é que a alfabetização na perspectiva do letramento deve partir dos conhecimentos prévios do aluno, deve considerar seus interesses, seus valores, sua cultura e seu nível de desenvolvimento.

E dessa forma que o ler e o escrever podem fazer sentido para a criança, tornando-se uma prática motivadora e interessante, tal como ocorre nos casos dos aprendizados cotidianos ou informais. Seus estudos sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) deram relevância ao contexto histórico-cultural, mostrando que é a partir das construções conjuntas que o individuo chega a uma tomada de Consciência.

Segundo Vygotsky, o conhecimento é produzido com base na necessidade de interação, de modo que as pessoas buscam sistematicamente compreender o mundo que os rodeia, bem como identificar o modo como os que estão a sua volta veem a realidade. Para o autor, a linguagem é o ponto de partida para a análise dos processos mental geradores de significação.

A leitura está relacionada à Zona de Desenvolvimento Proximal, pois a interface entre a leitura e a experiência não depende somente da linguagem, mas também das propriedades constitutivas da experiência.

Os objetos não conhecíveis são aqueles que as crianças não são capazes de construir mentalmente devido às limitações do seu processo de cognição ainda em desenvolvimento. Aqui vale ressaltar que a escola tem desqualificado a linguagem do aluno, desconhecendo os seus juízos já constituídos e deixando de atestar o fato de que ele - o aluno - é o sujeito-leitor de outras formas de linguagem.

Nesse sentido, o processo deverá levar em consideração o contexto cognitivo que o aluno já traz, devendo o professor, nesta perspectiva, entrar na Zona de Desenvolvimento Proximal dos alunos, utilizando-se do próprio texto, afim de que, através das interações, juntos, construam o conhecimento necessário para a leitura.

A ESCOLA COMO ESPAÇO PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA TODOS

O trabalho com crianças deficientes ou com TEA sempre se apresentou como um desafio para o professor. Como manter a atenção de crianças, tão naturalmente dispersas? Como motivá-las a despertar o seu interesse, para a aprendizagem aparentemente, tão árida das letras e da construção de palavras e frases?

A escrita é uma maneira particular de transcrever a linguagem, e tudo se modifica se supomos que o sujeito que vai abordá-la já possui um notável conhecimento de sua língua materna.

Sabemos que a criança chega à escola com um ótimo conhecimento de sua língua materna (e as portadoras de deficiência também), um saber linguístico que utiliza, sem consciência, na sua comunicação cotidiana.

Aprender a ler e a escrever é uma das metas mais desejadas pelas famílias de crianças com deficiência ou TEA, uma vez que, na expectativa destes pais, esta aprendizagem diminuiria as distâncias que separam estas crianças das normais.

A ideia de que a aceitação social bem como a inclusão dos deficientes está ligada ao fato de saberem ler e escrever leva estas crianças a serem alfabetizadas a qualquer custo, para salvar as aparências, mesmo que em prejuízo de outros conhecimentos que possam servir decisivamente para as suas vidas.

Porém, ler e escrever se tornam instrumentos pelos quais o sujeito é capaz de ter autonomia de ação e pensamento, quando não significam apenas codificar ou decodificar signos.

A criança necessita de um acompanhamento pedagógico individualizado adaptando a sua realidade considerando todas as suas habilidades desenvolvidas no decorrer do processo de alfabetização visando a sua superação.

O interesse pela leitura de livros e revistas, placas de avisos, bilhetes e cartas é prática bastante efetuada nesta intervenção, e isto leva a criança a querer desenvolver correspondência por escrito motivando pela leitura.

Portanto, nesta nova dinâmica, os alunos não têm de satisfazer o desejo dos outros, mas fazer uso social da escrita, buscando objetivos próprios, tentando expressar seu pensamento.

A aprendizagem da leitura e da escrita exige, sobretudo, que o sujeito descubra a lógica do sistema de escrita, o que só será possível reconstruindo o modo como ele foi historicamente produzido.

E, ainda segundo Ferreiro há uma nítida associação entre êxito escolar e nível inicial das representações que a criança traz acerca do sistema de escrita, ou seja, quanto mais evoluído maior a possibilidade do sucesso escolar. Constitui-se numa proposta de reformulação e implementação da Educação e orientadora, destinada a implantar políticas de Educação Inclusiva para pessoas com Necessidades Especiais na escola, na família e na sociedade.

Alguns anos atrás, os alunos com necessidades especiais é que eram preparados para adaptar-se ao sistema. Eles tinham que estar aptos, serem capazes de integrarem-se com isso, uns acompanhavam os mesmos níveis dos normais e outros não. Daí a necessidade de se criar serviços de apoio garantindo a permanência desse aluno na escola regular.

Discutida no contexto educacional, implica na possibilidade de que esses alunos não somente frequentam uma escola, mas também aprendam e acompanhem o currículo regular através de um método pedagógico utilizado pela população escolar considerada normal.

Percebe-se que para a escola cumprir o seu papel de instância crítica da realidade de formação de agentes dela transformadores, ela há de se modificar, de forma a poder identificar o conjunto de necessidades educacionais especiais que constituem a diversidade de seu alunado e a ele responder, com competência e qualidade.

Foi nesse contexto de ideias e objetivos sociais que se elaborou o documento PCN s adaptações curriculares, norteador de ações inclusivas no contexto educacional.

Tornar realidade a educação por sua vez, não se efetuará por decreto sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada e gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino.

O processo deve ser gradativo, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando à nova realidade educacional, construindo políticas e práticas instrumentais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino, que envolvem alunos com ou sem necessidades educacionais especiais.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ou TEA, em classes comuns exige que a escola regular se organize de forma a oferecer

possibilidades objetivas de aprendizagens, a todos os alunos, especialmente àqueles com necessidades especiais.

MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Segundo a SEED Secretária da Educação a Distância, podemos fazer uso dos recursos de alfabetização para pessoas com autismo.

O processo de alfabetização é muito mais do que reconhecer símbolos e letras, é saber interpretar o que está a sua volta com a leitura de mundo, como diz Freire (1993). Cada sujeito realiza essa aprendizagem de uma forma diferente. Esse aprender de formas diferenciadas também diz respeito às pessoas com deficiência (PD), que, em decorrência das especificidades de suas deficiências, elas aprendem os conteúdos de forma peculiar e cada uma apresenta características próprias como resposta ao trabalho pedagógico. Portanto, as diferentes deficiências geram necessidades e formas educativas especiais próprias, o que não é diferente em relação às síndromes. Este também é o caso de pessoas com autismo, foco maior deste Objeto de Aprendizagem.

De acordo com Mello (2004), o autismo é uma síndrome que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. As pessoas com autismo apresentam, desde cedo, um distúrbio severo do desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social.

Entretanto, em alguns casos, podem apresentar incríveis habilidades motoras, musicais, de memória e outras, que muitas vezes não estão de acordo com a sua idade cronológica. Gauderer (1997, p.108) afirma que em relação à educação, “[...] é útil dividir a tarefa em pequenas etapas e, vagarosamente, construir o todo. Deve-se aproveitar ao máximo as situações do dia-dia [...], transformando-as em oportunidades de ensino de forma a encorajar a criança a usar na prática os conhecimentos adquiridos.” Além disso, as pessoas com autismo possuem um estilo cognitivo diferenciado.

Grande parte delas são "pensadores visuais" ou “visual thinkers” conforme Grandin (1996, 1998) e Sacks (1995, apud RIBEIRO, 2003). Ou seja, elas processam o pensamento em imagens, têm dificuldades em mudar suas rotinas diárias, decorrentes da falta da habilidade de percepção, de compreensão e de comunicação. Portanto, precisam de ambientes estruturados e organizados para aprender.

Todas estas características peculiares ao autismo exigem uma metodologia específica para ensiná-los. Considerando-as, portanto, ressalta-se a importância do computador no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com autismo. O computador dispõe de recursos como animação, som, efeitos especiais, tornando o material mais interessante e atrativo para todas as pessoas, não só para aquelas com algum tipo de deficiência ou com autismo.

Valente (1991), afirma que com esse recurso, o aluno talvez seja capaz de ficar “ligado” ao material por mais alguns minutos, o que pode ser um grande ganho.

Consequentemente, a ferramenta que tem se mostrado cada vez mais efetiva na educação de pessoas com autismo, é o computador. Portanto, levando este fato em consideração, o Objeto de Aprendizagem se torna um recurso pedagógico importante, uma vez que contribui para o processo educacional das pessoas com autismo porque pode proporcionar, além da comunicação, um conhecimento de mundo que favoreça o processo de alfabetização.

O Objeto de “Alfabetização” para pessoas com Autismo A concepção pedagógica para o OA “Alfabetização” visou uma proposta que contribuísse para o ensino de pessoas com autismo, auxiliando em seu processo de conhecimento e comunicação com o mundo ao seu redor.

Tendo em vista que as defasagens decorrentes dessa síndrome podem ser relacionadas aos modos de comunicação com o mundo externo, a proposta educativa deste software considera não só os conteúdos escolares, mas também a vida em sociedade de forma geral.

Portanto, espera-se que este Objeto de Aprendizagem contribua no processo educacional das pessoas com autismo porque poderá proporcionar a elas, além da melhora na sua comunicação, um conhecimento de mundo que favorece o processo de alfabetização para qualquer aluno, independente de suas necessidades especiais.

Para contribuir com o processo de “alfabetização” de pessoas com autismo é fundamental considerar as suas dificuldades de comunicação com o mundo externo. Portanto, as atividades propostas por este OA buscam contribuir para expandir o conhecimento de mundo, procurando contextualizar o que se pretende ensinar com a realidade do aluno.

De acordo com Freire (1993, p. 11) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.” De acordo com MEC

(2004, p. 15), pessoas com autismo têm dificuldades em estabelecer relações entre eventos e, conseqüentemente, estabelecer generalizações.

Tendo em vista essas dificuldades, o OA visa também uma “alfabetização” que auxilie a pessoa com autismo a também incorporar novos elementos ao seu contexto de mundo. Possibilita que avance em termos de abstração e generalização de conhecimento sobre a realidade a sua volta.

Além disso, este OA aproveita ao máximo os recursos que podem ser oferecidos pelo computador, inclusive agregando componentes como vídeos, imagens e sons, facilitando ao aluno o contato com uma atividade bastante aproximada da realidade.

Ribeiro (2003), afirma que o sucesso no trabalho com computadores para pessoas com autismo não está no uso de softwares especiais ou mesmo em máquinas de última geração. Segundo esta autora, a relevância do material consiste em proporcionar telas no software mostrando ambientes próximos do real.

No OA “Alfabetização” as imagens são objetivas, tanto o personagem, como os objetos e os animais são reproduções reais. Espera-se que estas características contribuam para a identificação do cotidiano e para a expansão do conhecimento de mundo das pessoas com autismo.

Características do O.A. Alfabetização para pessoas com autismo:

- FOCO: Alfabetização de pessoas com autismo. Considera o conhecimento de mundo do aluno, de modo que ele possa chegar ao processo de abstração necessário para a leitura e escrita;
- IDÉIA PRINCIPAL e PROPOSTA: Trabalhar com elementos da realidade da pessoa com autismo, para posteriormente trabalhar com a ideia de generalização, para atingir um conhecimento mínimo de mundo.
- IMAGENS: Todas as telas do Objeto são baseadas em fotos com imagens reais para que o aluno tenha contato com um material próximo da realidade.
- AMBIENTES: Foram selecionados três ambientes que são ao mesmo tempo contextuais à realidade da pessoa com autismo como também apresentam desafios a serem superados. As atividades serão desenvolvidas partindo da rotina diária: casa, escola e o sítio. No sítio serão trabalhados conceitos e elementos (animais) que fazem parte do conhecimento e são atrativas para as crianças em geral.
- BANCO DE DADOS: Armazena informações pessoais a respeito do usuário. Com a proposta de partir do contexto do aluno para

posteriormente expandir o conhecimento sobre o mundo a sua volta, o objetivo do banco de dados é permitir ao professor inserir dados e fotos relacionados ao dia-a-dia do aluno com autismo. Deste modo, o aluno poderá associar e/ou comparar seus dados pessoais com os fornecidos pelo OA. Acredita-se que isto facilitará a compreensão e assimilação das atividades.

- **OBJETIVO DAS ATIVIDADES:** Expandir o conhecimento de mundo por meio do contato com ambientes similares àqueles que a pessoa com autismo já encontra em seu cotidiano. A seleção das atividades e dos ambientes considera a rotina da pessoa com autismo, buscando relação com as atividades que compõem o cotidiano dos dias de semana (casa e escola) e uma proposta para os fins de semana (casa e sítio). Ao acessar o OA, o usuário pode escolher iniciar com as atividades realizadas durante os dias de semana ou as do fim de semana.

Objetivos Propor atividades que contribuam para o processo de alfabetização de pessoas com autismo por meio de atividades relacionadas ao seu contexto.

Estas atividades visam:

- Expandir seu conhecimento de mundo através da comparação de figuras com outras semelhantes ou diferentes, como os materiais escolares.
- Identificar, de acordo com a sua realidade, as figuras que lhe são apresentadas;
- Relacionar as figuras com as palavras correspondentes;
- Identificar as figuras através das palavras correspondentes.

O tempo de duração da atividade será de acordo com a organização curricular de cada escola, dependendo, por exemplo, do tempo disponibilizado para aulas de informática. Além disso, o tempo da atividade vai depender do grau de dificuldade específico de cada aluno. O OA não esgota em si um número de atividades a serem feitas em cada uso.

São atividades com diversos níveis de complexidade, mas que são independentes entre si, o que facilita o início ou a retomada da atividade a partir de qualquer ponto. Considerando o ritmo de cada criança, pode-se dizer que aquela que tem autismo pode demandar um tempo maior realizando determinada atividade, o que não possibilita estabelecer um período pré-determinado para a sua realização.

Dependendo da faixa etária da turma, o OA poderá ser trabalhado com todos os alunos. Por exemplo, uma sala da Educação Infantil em que as crianças ainda não estão alfabetizadas na forma linguística, ou utilizado com alunos que não tenham nenhum tipo de deficiência clinicamente diagnosticada. Caso contrário, o professor pode selecionar outros softwares de alfabetização para trabalhar com o restante da classe, enquanto o aluno com autismo utiliza o Objeto proposto, pois o acompanhamento individual é necessário neste momento.

Os computadores precisam ter conexão com a Internet, já que será necessário acessar o site da Rived para baixar o OA na hora da sua utilização.

Caso o aluno tenha alguma dificuldade em reconhecer os objetos dentro do contexto proposto pelo Objeto, propõe-se que o docente tenha em mãos recortes de figuras similares às aquelas trabalhadas no OA para auxiliar o aluno no reconhecimento.

Antes de ser realizada a atividade no computador deve-se fazer uma contextualização e um trabalho concreto com os ambientes a serem trabalhados em situações reais. O professor pode utilizar objetos concretos, para auxiliar a percepção do aluno em relação ao que está sendo proposto no OA, uma vez que as pessoas com autismo aprendem melhor quando o material é concreto. Além disso, na utilização do OA o professor pode ter em mãos recortes de figuras similares ao do OA para auxiliá-lo no caso do aluno não conseguir identificar algum objeto proposto pelo OA.

Para a utilização do OA é necessário navegador WEB com plug-in do Adobe Flash Player 8 ou superior.

A maioria das pessoas com autismo ou com qualquer tipo de necessidades educativas especiais necessitará de acompanhamento para a realização das atividades propostas pelo OA. Com o acompanhamento de um professor, estagiário, assistente ou auxiliar de sala, o aluno se sentirá mais seguro e terá melhores condições de compreender a proposta das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da temática sobre o atendimento educacional especializado necessita, além dos fundamentos teóricos que alicerces bases evoluídas na dimensão da formação da construção e letramento, também de condições de acessibilidade (com espaços pensados aos portadores de necessidades especiais com TEA), mas acima de

tudo com estímulos a aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades e competências para a comunicação e vida em sociedade.

Cada espaço escolar, contudo, precisa ser pensado em suas mais diversas dimensões, de forma Inclusiva, ou seja, para atender todos os seus alunos em suas reais necessidades.

Na medida do possível a inclusão bem-sucedida de alunos com necessidades especiais na escola regular requer um sistema educacional inclusivo, portanto, uma escola transformadora. Essas considerações estão longe de representar receitas ou modelos estáticos de ações e atitudes dos profissionais.

Porém, considera-se imprescindível que os professores estejam atentos ao fato de que ser especial requer cuidados especiais e assim, poder avançar no sentido de entender e incorporar, a Educação Inclusiva como um direito humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1996.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.**

Grandin (1996, 1998) e Sacks (1995, apud RIBEIRO, 2003).

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, William. **Inclusão um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.